

Bruno Lopes (org.)

# Conversas à volta de Santana do Campo



© Associação Social Unidos de Santana  
do Campo

Título: Conversas à volta de Santana  
do Campo. 50 Anos da Associação Social  
Unidos de Santana do Campo

Produzido por Apenas Livros, Lda.  
Al. das Linhas de Torres, 97, 3º dto.

1750-140 Lisboa

Tel./fax 21 758 22 85

geral@apenas-livros.com

Revisão de Luís Filipe Coelho

Capa de Jorge Belo

Depósito legal n.º 318151/10

ISBN: 978-989-618-300-4

1ª edição de 400 exemplares

Outubro de 2010

Fotografia da capa de Arkhaios, Profissionais de  
Arqueologia e Paisagem, Lda

**DIVINDADES INDÍGENAS –  
OS NÚMENES DAS NOSSAS RAÍZES**

José d'Encarnação<sup>1</sup> – CEAUCP

Cabe perfeitamente este tema no âmbito de um colóquio que tem como objectivo salientar os vectores que estão por detrás e que, de certo modo, levedam a identidade e a memória das gentes que, ao longo dos séculos, se congregaram numa povoação: «Santana do Campo, espaço de identidade e memória».

Entende-se por divindades indígenas aqueles númenes de que, embora do seu culto nos restem testemunhos datáveis do tempo dos Romanos, sabemos da sua singularidade local, porque em mais nenhum sítio foram venerados<sup>2</sup>. Passou-se nessa altura algo de semelhante ao que, nos nossos dias, ocorre com Nossa Senhora: sendo de devoção universal, assume, porém, características específicas aqui e além, devido a lendas, tradições... É a Senhora de Fátima, de Lurdes, do Sameiro... E, inclusive, a sua iconografia varia.

Compreende-se, pois, que possamos considerar as divindades indígenas os «númenes das nossas raízes», justamente porque elas se encontram no que há de mais prístino na tradição local.

Percebe-se também, por outro lado, a razão de, na actualidade, ainda estarmos a dar mais importância a essa investigação<sup>3</sup>, porque, perante a globalização uniformizadora, que-

remos realçar aquilo que nos é próprio. E, neste caso, não se deu o nome de *Calantica* (Fig. 1) a um dos vinhos da região? Já vamos ver porquê!

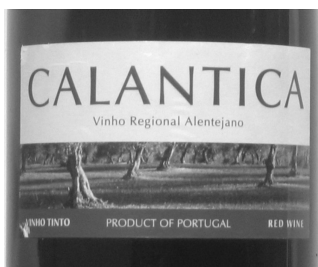


Fig. 1 – Rótulo de um vinho de produção local: *Calantica*.

O recente achamento, em Arronches, de uma inscrição em que – segundo nos parece – pastores, num momento de pausa, fizeram às divindades protectoras das suas «etnias» e, conseqüentemente, dos seus gados, sacrifícios de ovelhas, para as terem ainda mais propícias no seu transumante caminhar<sup>4</sup>, lançou nova luz sobre a religiosidade pré-romana no Nordeste alentejano

e nesta região a sul do Tejo, em geral, porque a aparente supremacia do culto a Endovélico, com mais de uma centena de ex-votos em Terena (Alandroal), estava a ser interpretada como dissipadora de outros cultos locais, o que, afinal, é capaz de não ser inteiramente verdade. E Santana do Campo teve também um papel determinante nesse domínio, como, de resto, sobejamente o demonstram os inequívocos restos de um templo romano visíveis na igreja local, como se sabe<sup>5</sup>.

Comecemos por ver como se identificavam essas divindades.

Podia ser por um nome único (v. g.: *Tabudicus*, *Arentius*) ou por um nome a que se acrescentava um epíteto de origem antroponímica, étnica ou toponímica: *Bandi Vorteaeeceo*, *Bandei Brialeacui*, *Arantio et Arantiae Eburobrici*...

Os nomes vêm em dativo, correspondente (em latim) ao complemento indirecto, pois os ex-votos eram dedicados a... uma divindade. No último caso citado, a divindade é nomeada na sua forma masculina e feminina (os deuses não tinham

sexo, e cada qual os entendia como lhe aprouvesse), e o epíteto aponta para a existência de uma povoação (cujo estatuto administrativo se desconhece) e que se chamaria *Eburobriga*<sup>6</sup>. É, aliás, por esse motivo que o Museu do Fundão – o referido altar foi encontrado nesse concelho – tem uma revista a que deu o nome de *EBUROBRIGA*.



*Fig. 2 – Pormenor da igreja actual, sendo visíveis pedras aparelhadas claramente de época romana.*

Entramos, assim, no ponto que nos interessa: a que divindade teria sido dedicado o templo romano de Santana do Campo?

Informa o padre Luís Cardoso<sup>7</sup> que, segundo Diogo Mendes de Vasconcelos<sup>8</sup>, «foi esta vila fundação dos Galos Celtas, quando senhorearam estas comarcas, os quais lhe deram o nome de *Calantia* ou *Calantria*».

Na acta da sessão do dia 1 de Abril de 1734 da Academia Real da História Portuguesa, lê-se que o padre Frei Afonso da Madre de Deus Guerreiro informou os seus confrades de que lograra ler, numa das toscas pedras metidas na parede exterior da igreja de Santana do Campo, uns dizeres pouco compreensíveis:

CARNEO  
CALANTICE  
SI CAECILIA  
OR NI CUIS  
R · CUIS

E é o mesmo Pe. Luís Cardoso, na obra citada (I, 1747 p. 487, s. v. «Sant'Anna») que dá, desenhadas (o que é muito raro no seu livro), as primeiras linhas dessa inscrição (os AA não têm barra):

CARNEO  
CALANTICENSI

Anota: «Tem mais letras, que por gastadas se não podem perceber». E acrescenta:

«Querem alguns que nesta freguesia fosse algum dia a cidade de Calantica, o que parece se prova das segundas letras e segundo a pedra mencionada. O P. Bento Pereira no *Additamento Portuguez*, falando de Arraiolos, lhe chama na língua latina *Calantia*, o que tudo se conforma com a inscrição da segunda pedra».

José Cornide, que viaja por Portugal de 1754 a 1801, passa por Arraiolos e sobre Santana do Campo deixa o seguinte testemunho:

«[...] parte del cuerpo de la Iglesia, y la capilla mayor estan fabricados con piedras labradas de extraordinaria grandeza, tomadas con cal hasta el texado, y dicen los naturales que ha sido obra de Romanos, lo que pretenden probar con una piedra de marmol en que se ven las siguientes letras<sup>9</sup>» – ver Fig. 3.

Baseia-se no padre Luís Cardoso (vide Fig. 4) para mencionar a referência atrás transcrita e comenta o facto de o erudito sacerdote ter querido propor para Arraiolos o nome latino de *Calantia*: «[...] Yo dudo de la existencia de esta población». E, em relação à pretensa 2ª inscrição, crê «que la 2ª parte es la 1ª de la inscripción, que es sepulcral y puesta a Carne Calantico por un hombre llamado Yerma, o acaso dedicación del mismo Carne Calantico a Hermes o Mercurio» (edição citada, p. 608).

En el 1.º pedazo. *Λ Η Ε Λ*  
*ΝΑΝΝΙ*  
*ΙΕΡΜΕ*  
*ΛΑΨΑ*

Fig. 3 – Manuscrito de Cornide com o texto da primeira inscrição.

En el 2.º ... *CARNERO*  
*CALANTICE.*

Fig. 4 - Manuscrito de Cornide com o texto da segunda inscrição.

Emílio Hübner pega em toda essa documentação e apresenta<sup>10</sup> o texto retirado das *Memorias da Academia da História* (14, 1734, p. 125)<sup>11</sup>, acrescentando que não ousa emendá-lo; e um outro texto que diz ter retirado de uma

<p>125 'No lugar de S<sup>a</sup> Anna, termo de Arraiolos, na parede exterior da igreja' Card.</p>	<p>CARNERO  CALANTICE  S: CAECILIA  OR NI CVIS  5 R · CVIS</p>
---	--

Memorias da Acad. da hist. 14, 1734 p. 125 (inde Silveira p. 273; Levy 199, 445); Cardoso dice. 1, 487 vv. 1. 2 tantum exhibet (inde Levy 199, 444), haec adnotans 'tem mais letras, que por gastadas se não podem perceber'. Emendare non audeo. Aut hanc aut sequentem eodem loco repertam a P. doctore Petro Paulo Secreer soc. Iesu Ehora sibi missam refert Higuera hist. ms. de Toledo l. f. 94 sic:

DEO · PIANEO · CALANTI  
CENSI · LAVS

pro arbitrio suo, uti solet, immutatam; in fine est *l(u)ena* *a(n)na* *n(ri)um* *s(olvi)*.

Fig. 5 – Ficha de CIL II 125, de Emílio Hübner (1869).



história manuscrita de Toledo, da autoria de Higuera, que o terá recebido do sacerdote jesuíta de Évora, Pedro Paulo Secreer, achado no mesmo lugar. Poderá ser a mesma ou outra, confessa Hübner, que, no entanto, apesar das dúvidas, sugere que se desdobre LAVS em *l(ubens) a(nimo) v(otum) s(olvit)*. Nos índices (p. 1126), coloca \**Carneus Calantices* como registado na inscrição 125 e remete também para \**Ptarneus*, escrevendo, na pág. 1129, *deus \*Ptarneus Calanticensis*. Significa o asterisco que tem dúvidas acerca da palavra e, conseqüentemente, da categoria divina nela implícita.

Desapareceram estas pedras. José Leite de Vasconcelos cita as epígrafes entre as referentes a divindades «de carácter incerto»<sup>12</sup> e, depois de opinar que serão, decerto, versões de uma única, «pois têm em comum a primeira linha... ARNEO», acrescenta:

«Os esforços que fiz para ver se descobria o monumento original foram infrutíferos».

Uma pista para o descaminho que levaram poderá encontrar-se no testemunho de Túlio Espanca, que, ao descrever a Quinta da Sempre-Noiva<sup>13</sup>, afirma:

«No local conservam-se restos arqueológicos romanos de merecimento, talvez reunidos por D. Francisco de Portugal, 1.º Conde de Vimioso. [...], provenientes do destruído Templo do Deus gentílico CARNEUS, de Santana do Campo».

126 S<sup>a</sup> Anna, 'na parede da igreja' Card.

— — — — —  
NANII  
IERME  
L·A·V·S

Cardoso dice. 1, 487.

Fig. 5 – Ficha de CIL II 126, de Emilio Hübner (1869).



Fig. 6 – Árula votiva de Santa Justa (Arraiolos) [IRCP 412].

Visitei a quinta já depois de publicada a minha dissertação de licenciatura, onde estudara esta divindade<sup>14</sup>, quando preparava a dissertação de doutoramento<sup>15</sup>, e... nada aí encontrei.

Por consequência, a minha opção foi a seguinte, tendo em conta a documentação que pude compulsar: considerar a possível existência de duas inscrições:

– a primeira (IRCP 410, p. 489-490), dedicada por uma Cecília, filha de Quinto, à divindade *Carneus Calanticensis*<sup>16</sup>;

– a segunda (IRCP 411, p. 490), em que a divindade poderia ter sido invocada de forma ligeiramente diferente – *Deo Carneus Calanticensi* –, e o dedicante chamar-se-ia *Hermes*,

que mandara lavar esse ex-voto de livre vontade.

Aconteceu, porém, que, graças à gentileza do padre Serralheiro, pude observar no lapidário do Seminário Maior de Évora, em finais da década de 70, uma árula de mármore branco--amarelado do tipo Estremoz/Vila Viçosa (Fig. 7), que me foi indicada como achada em Santa Justa, do concelho de Arraiolos (IRCP 412, p. 491). A divindade poderia aí vir mencionada em siglas – o que não é estranho quando o ex-voto se destina ao próprio local de culto<sup>17</sup> – e o dedicante poderia ser um indígena de que apenas logrei identificar o patronímico: *Talontus*.

Assim, se *Caecilia* é um nome latino, *Hermes* um antropónimo etimologicamente grego (inclusive passível de identificar, aqui, um escravo), e teria onomástica indígena o (ou a) dedicante da terceira ara, poderemos concluir que o culto à divindade abrangeu todos os níveis sociais desse século I da nossa era, época a que poderão remontar estes testemunhos.

Quanto aos atributos da divindade, ela seria tutelar de *Calantica*, obviamente, por ter o epíteto derivado desse topónimo. Se de preferência protegeria os gados, se – por podermos relacioná-lo com o deus gaulês *Cernunnos*, deus da agricultura – era invocada para se obterem boas colheitas, será difícil garanti-lo, dada a escassez dos testemunhos.

Como já tive ensejo de referir, dá conta José Leite de Vasconcelos<sup>18</sup> de se ter encontrado nas escavações levadas a efeito, em 1901, na necrópole romana do Cortical, Arraiolos, um «prato de barro, achado numa das sepulturas» em que se lê o grafito CALANTANI (com nexos TA) –, que interpretou como sendo o genitivo de *Calantanus*, «nome próprio que tem por origem um nome étnico» – relacionando-o, naturalmente, e bem, com *Calanticensis*. Recorde-se, porém, que o vocábulo *Calantica* (ou semelhantes) se não identificou até agora nos textos antigos; constitui, ao invés, o nome científico dado a um género botânico da família das salicáceas.

Algo, todavia, parece não sofrer dúvidas, pois que a tradição vem de longe, ainda que baseada em frágeis argumentações (uns letrados hoje desaparecidos e de leitura discutível...): enquanto se não provar o contrário, o agricultor que deu ao seu vinho o nome de *Calantica* perpetua uma tradição e – mais! – incentiva-nos a pesquisar melhor, para que outros dados mais sólidos venham a encontrar-se!

E, enquanto se não demonstrar o contrário, nenhum mal haverá em que se localize em Santana do Campo – até por via do templo sobre o qual a sua igreja se edificou – uma enigmática terra que os Romanos assim hajam designado<sup>19</sup>!

#### Notas

<sup>1</sup> Professor catedrático (em Pré-História e Arqueologia), aposentado, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, de cujo Centro de Estudos Arqueológicos é líder de grupo. Para além da sua formação de base em História e Arqueologia, tem o curso de Conservador de Museus e é jornalista. Especialista em Epigrafia, ciência que estuda as inscrições, tem investigado, de modo especial, a temática religiosa, pois licenciou-se, em 1970, com a tese *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, publicada pela Imprensa Nacional em 1975. Um dos seus últimos livros nesse domínio é *Festas de Tradição no Concelho de Cascais* (2004). Tem proferido conferências para os mais diversos públicos e já participou em mais de centena e meia de reuniões científicas, em Portugal e no estrangeiro. Escreveu mais de duas dezenas de livros e mais de quatro centenas de artigos em revistas científicas. Na tese de doutoramento, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (Coimbra, 1984), analisou a epigrafia de todo o Alentejo, tendo colaborado no estudo do mais recente e importante documento, em língua lusitana, sobre divindades indígenas, achado em Arronches, publicado na revista *Conimbriga* de 2008.

<sup>2</sup> Cf. José d'ENCARNAÇÃO, «O conceito de divindade indígena sob o domínio romano na Península Ibérica», *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, 2, Coimbra, 1971, p. 347-351. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/10503>

<sup>3</sup> Seria longo e fastidioso apresentar o rol, ainda que resumido, das publicações que nesse domínio têm sido feitas, mesmo que apenas na Península Ibérica. Permita-se-me, pois, que remeta para as páginas 144-159 do meu livro *Epigrafia – As Pedras Que Falam*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2ª edição, 2010. Resultará também assaz proveitosa a consulta do catálogo coordenado por José Cardim Ribeiro, *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002; bem como das actas de uma reunião científica das quais fui o editor: *Divindades Indígenas em Análise (VII Workshop FERCAN)*, CEAUCP, Coimbra/Porto, 2008.

<sup>4</sup> Cf. José d'ENCARNAÇÃO, André CARNEIRO, Jorge OLIVEIRA e Cláudia TEIXEIRA, «Inscrição votiva em língua lusitana (Arronches, Portalegre)», *Conimbriga*, 47, 2008 85-102. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/10754>

- <sup>5</sup> HAUSCHILD (Theodor), «Arquitectura religiosa romana en Portugal», *Anas*, 2/3, 1989-1990 66 e 68. Fig. 2.
- <sup>6</sup> Cf. José d'ENCARNAÇÃO, «Eburobriga, “cidade” do teixo», *Eburobriga* (Fundão) 5 2008 109-120. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/10236>
- <sup>7</sup> No *Diccionario Geographico ou Noticia Histórica de Todas as Cidades, Villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com Todas as Cousas Raras, Que nelles Se Encontrão, assim Antigas, como Modernas*. Lisboa: Regia Offic. Sylviana, 1747, I, p. 590, s. v. «Arrayolos».
- <sup>8</sup> Foi quem editou *De Antiquitatibus Lusitaniae...*, de André de Resende, após a sua morte [vide FERNANDES (R. M. Rosado), introdução, tradução e comentário de *As Antiguidades da Lusitânia*, de André de Resende, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996, p. 5 e seguintes]. Nesta edição, não encontrei, porém, esse passo, ainda que, nos comentários, Mendes de Vasconcelos, na lista dos «nomes latinos de urbes, cidades e ópidos», identifique Arraiolos com *Calantica* (fol. 255 de versão latina [ano de 1593], p. 218 da tradução), sem mais comentários.
- <sup>9</sup> Este diário de Cornide foi comentado por Juan Manuel ABASCAL e Rosário CEBRIÁN: *Los Viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801*, Madrid, Real Academia de la Historia, 2009. Foi das páginas 607 e 608 desse livro que, com a devida vência, copiei os letreiros aí manuscritos (este e o seguinte).
- <sup>10</sup> *Corpus Inscriptionum Latinarum – II*. Berlim, 1869, inscrições n<sup>os</sup> 125 e 126 [fichas se reproduzem nas Figuras 5 e 6].
- <sup>11</sup> É esta a referência bibliográfica que vem na ficha; contudo, a informação correcta é a seguinte: *Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, Lisboa, vol. XIV, 1734, n<sup>o</sup> XVI (pp. 5-6).
- <sup>12</sup> *Religiões da Lusitânia*, Lisboa, II 1905 p. 312-313.
- <sup>13</sup> *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VII – *Concelho de Évora*, Lisboa, 1966, p. 368-369.
- <sup>14</sup> *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal (Subsídios para o Seu Estudo)*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1975, pp. 154-156.
- <sup>15</sup> *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis – Subsídios para o Estudo da Romanização* [= IRCP], Coimbra, 1984, p. 489-490, 747 e 800.
- <sup>16</sup> É vulgar o sufixo *-ensis* não apresentar o **n** (como aqui pode ter acontecido).
- <sup>17</sup> Cf. José d'ENCARNAÇÃO, «Omissão dos teónimos em inscrições votivas», *Veleia*, 2-3, 1985-1986, 305-310.
- <sup>18</sup> *Religiões da Lusitânia* III 1913, p. 377, nota 1.
- <sup>19</sup> Este estudo integra-se no projecto de investigação do grupo *Epigraphy and Iconology of Antiquity and Medieval Ages*, do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (Unidade I&D n<sup>o</sup> 281 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia).